

16 NOV 1987

JORNAL DO BRASIL

# Um país muito inatural

Otávio Tirso de Andrade

A esquerda brasileira ainda vê o mundo irremediavelmente bipartido entre países capitalistas e socialistas. Formalmente não há dúvida de que a divisão persiste. Acontecimentos recentes estão a mostrar-nos, porém, que a fenda não é mais tão estacionária quanto foi outrora.

O reconhecimento das deficiências do planejamento centralizado e a admissão do papel das forças de mercado por parte de governantes nominalmente marxistas delineiam um mundo futuro em que, de um lado, estarão as economias descentralizadas e, no outro, as dominadas por burocracias corruptas.

Ao que parece, o Brasil se incluirá no segundo grupo. Os falsos "progressistas" da Comissão de Sistematização empenham-se em submeter o nosso país à hipercentralização precisamente quando os maiores impérios socialistas do mundo — a China e a Rússia — procuram libertar-se da camisa-de-força do centralismo económico.

Na hipótese de o centro majoritário permitir que o anteprojeto do dr. Cabral e seus corelegionários venha a tornar-se a próxima Constituição, o Brasil perderá as pouquíssimas características de economia livre que preservava mas não se assemelhará às economias dos antigos socialistas em vias de modernização. Iremos juntar-nos às Ugandas e Angolas, onde a escassez de capitais e o simultâneo crescimento demográfico se constituem obstáculo intransponível ao aperfeiçoamento das instituições políticas.

A aliança deliberada ou meramente virtual entre a esquerda estatizante e os políticos fisiológicos, notadamente os de extração norte-nordestina, se vier a preponderar na elaboração do texto constitucional, montará aqui um cenário inexoravelmente africano. Não é difícil compreender por quê: a consolidação da democracia será impossível se a grande maioria da população prosseguir com pouquíssimas perspectivas de emprego e melhoria das condições de vida. As únicas alternativas políticas oferecidas às nações pobres e populosas são a ditadura da *Nomenklatura* parasitária ou os regimes jacobinos.

Não esqueçamos que nos derradeiros anos deste século e nos primeiros do próximo ocorrerá no Terceiro Mundo algo como uma competição, uma corrida, entre a exaustão dos recursos naturais e o crescimento demográfico, de um lado, e o progresso tecnológico e o controle da natalidade, no outro. Ora, como tudo indica que em matéria de acesso à tecnologia voltaremos ao tempo da Sra. Dona Maria I, a Louca, "idade de ouro" apetejada pelos "severo gomes" do PMDB; e considerando, ainda, que prosseguirá a oposição da maioria à adoção de uma política demográfica responsável, as possibilidades de um futuro de coloração afro-asiática existem realmente entre nós. Para dar ao leitor idéia do que significa esse futuro, em termos de acréscimo populacional, mencionaremos que ali, no litoral africano fronteiro ao nosso Nordeste, estudos demográficos recentes indicam que a população da Nigéria continuará a

crescer até estabilizar-se, talvez em meados do próximo século, em torno de 500 milhões de habitantes!

Não se alegue ser possível aos países pobres continuarem a contar com mão-de-obra barata para concorrerem ao mercado mundial. O progresso tecnológico eliminará a suposta "vantagem", como o demonstra a circunstância de achar-se em vias de transformação o próprio *status* de operários e técnicos. A "mais-valia" que Marx dizia ser acrescentada ao capital pela força do trabalhador resultará cada vez mais do emprego de novas máquinas e modernos processos de produção e não do esforço do indivíduo. A figura romântica do "obreiro" peculiar aos cartazes de propaganda do velho socialismo vai a caminho de tornar-se tão inatural quanto a do agricultor dos tempos bíblicos. Novas tecnologias criarão formas de trabalho insuspetadas e imporão modernos métodos de gerenciamento. Não haverá meio de reduzir o progresso do mundo civilizado ao ritmo da modorrenta burocracia do nosso Ministério de Povoamento, Ciência e Nenhuma Tecnologia, não obstante possam suportar o contrário alguns dos esquerdistas-constituíntes.

As transformações da neotécnica (expressão inventada por Lewis Mumford) são tão rápidas que, às vezes, ocorrem sob nossos olhos e delas não nos apercebemos devidamente. Por exemplo: ao operar um *body-scanner* e ao fazer diagnóstico com recurso a computador, o médico moderno utiliza tecnologia para cuja elaboração em nada contribuiu — li em recente estudo. O antigo doutor a quem creditávamos todo o mérito do diagnóstico e o êxito na cura não é mais o mesmo, portanto.

Nos tempos que estão diante de nós, o movimento internacional de capitais já supera em valor o comércio com mercadorias propriamente ditas. Os negócios com bens tangíveis e a montagem de fábricas, por exemplo, não são mais capazes de produzir tanto "valor agregado" quanto o *know-how* e os aperfeiçoamentos científicos. Muitos industriais já se aperceberam disso, notadamente os japoneses.

Ante a realidade emergente é fácil compreender que as verbas para a educação se constituem no melhor dos investimentos estatais. Aqui no Brasil, porém, o Executivo, o Legislativo e numerosa parcela da opinião pública continuam a ignorar que, com a escassez de recursos do país, todas as aplicações do Estado em atividades industriais e mercantis são subtraídas à saúde e à educação, isto é, aos setores que poderiam vir a tornar-se tão produtivos quanto os fecundados pelo capital financeiro, o qual, aliás, também repelimos...

O descaso de sucessivos governos com a instrução pública é causa de ainda haver, entre nós, em vésperas do século XXI tantos partidários do mesmo "nacionalismo" retrógrado das eras bernardistas dos anos 20. As recentes votações na Comissão de Sistematização em matéria de exploração mineral e distribuição de produtos petrolíferos trouxeram o país de volta àqueles ominosos tempos.

Outra prova da inaturalidade reacionária do esquerdismo impropriamente denominado "progressista" é a oposição dos corifeus da sinistra ala ao precário acordo concluído com os credores estrangeiros sobre pagamento de juros da dívida. Não levando em conta a realidade financeira internacional, os esquerdistas em questão vociferaram, pela milionésima vez, as velhas tolices sobre "a ida ao FMI" e protestaram quanto às taxas de juros cobradas pelos novos créditos fornecidos. Nesse comportamento não foram nada originais. Limitaram-se a repetir o que já diziam os teólogos medievais quanto à usura; isto é, a cobrança de taxas de juros acima de certo nível de decência. "E enquanto os teólogos e canonistas discutiam infundavelmente e procuravam em vão decidir se 10, 12 1/2, 15 ou 20% eram decentes, os banqueiros continuavam a emprestar e a investir a taxas que a situação lhes permitia" — lembra-nos a historiadora Barbara Tuchman em seu estupendo ensaio sobre o "calamitoso século XIV" intitulado *A Distant Mirror*.

Os políticos de "esquerda-progressista" contrários ao pagamento de juros e estatizantes consideram ético viver toda a vida à custa do Tesouro. Eles próprios e as respectivas famílias...

Em conclusão: Na eventualidade, altamente provável, de a nova Constituição criar no país um ambiente adverso à economia de mercado, o capital particular nacional e estrangeiro emigrará. Nesta hipótese, apenas os integrantes da *Nomenklatura*, beneficiários da ditadura burocrática, usufruirão nível de vida relativamente tolerável.

